

Célio Azevedo



Depoimento do ex-secretário-geral do PT na CPI dos Bingos despertou interesse de muitos senadores e jornalistas

Sílvio isenta Lula, mas diz que PT foi omissivo

Toda a direção do PT foi responsável pelo envolvimento do partido com Marcos Valério, afirma o ex-secretário-geral Sílvio Pereira, para quem Lula desconhecia esquema de corrupção. **Página 3**



"Esquecimento" de Sílvio Pereira (em pé) irritou Efraim Morais, presidente da CPI

Antonio Cruz/ABR



Renan discursa, ao lado de Bornhausen, Tuma, Vilmar Rocha, Maciel e Petrônio Muniz

Márcia Kolumbe

Renan assume Presidência pela segunda vez

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu interinamente a Presidência da República, devido à viagem do presidente Lula a Viena. **Página 2**

SUS não recupera gasto com cliente de plano de saúde

De R\$ 431 milhões devidos por planos de saúde ao SUS, por atendimento a clientes deles, apenas R\$ 73 milhões foram recuperados nos últimos anos. **Página 4**

Livro conta história da Lei da Arbitragem, que faz dez anos

Utilizada para resolver conflitos sem a intervenção de juiz, a arbitragem virou lei no Brasil há dez anos como resultado de projeto do senador Marco Maciel. O relato dos debates em torno da proposta é feito no livro *Operação Arbiter – História*

da Lei 9.307/96, de Petrônio Muniz, lançado ontem à noite no Salão Nobre do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, fez questão de homenagear Maciel, destacando a importância da prática da arbitragem. **Página 5**

Crise leva indústria e agricultura a audiências no Congresso Nacional

O agravamento da crise na agropecuária e seus reflexos na economia de diversos estados serão discutidos em audiência pública com 12 governadores e parlamentares, nas comissões de Agricultura das duas Casas

do Congresso, no próximo dia 16. O anúncio foi feito ontem pelo senador Jonas Pinheiro. No Auditório Petrônio Portella, do Senado, integrantes da indústria coureiro-calçadista participaram de audiência. **Páginas 7 e 8**



Trabalhadores do setor coureiro-calçadista fazem manifestação em frente ao Congresso

Lindomar Cruz/ABR

Presidente do Senado ocupa o cargo em razão da viagem de Lula a Viena, na Áustria, onde se realiza a IV Cúpula de Chefes de Estado da União Européia e da América Latina



No Senado, Renan (segundo à direita) discute com procuradores-gerais cobrança de dívidas por instituições financeiras privadas

Renan assume a Presidência da República pela segunda vez

Pela segunda vez, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu interinamente, desde as 23h de ontem, a Presidência da República devido à viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Viena, na Áustria, onde participa da IV Cúpula de Chefes de Estado da União Européia e da América Latina.

A primeira vez que Renan Calheiros assumiu interinamente a Presidência da República foi no último dia 4 de maio, quando o presidente Lula esteve em Puerto Iguazú (Argentina) para um encontro com os presidentes da Argentina, Bolívia e Venezuela, em razão da quebra de contratos e da expropriação pelo governo boliviano das refinarias da Petro-

bras que exploram petróleo e gás naquele país.

Dívida ativa

Renan Calheiros conheceu ontem alguns dos novos membros do Fórum Nacional dos Procuradores Gerais das Capitais. O grupo de 12 procuradores foi acompanhado pelo ex-senador Carlos Wilson, que também foi presidente da Infraero.

Na oportunidade, Renan colocou à disposição da entidade a Assessoria de Relações Institucionais da Presidência do Senado, para a troca de informações sobre o Projeto de Resolução 57, do senador Sérgio Cabral (PSDB-RJ), que permite a terceirização, para instituições financeiras privadas, da cobrança da dívida ativa dos

municípios e dos estados. O presidente do Senado também afirmou que vai sugerir ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a realização de audiências para tratar do tema.

– Há alguns itens que nós, procuradores-gerais, apontamos como inconstitucionais ou que podem ser interpretados por órgãos de controle externo, Ministério Público, tribunais de contas, como inconstitucionais. Nós estamos querendo colaborar com essa discussão. O presidente Renan já se dispôs a ampliar o debate – disse o secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura do Recife, Bruno Ariosto.

Congresso deve fiscalizar o “imposto dos combustíveis”, diz João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sustentou que o Congresso deve poder fiscalizar, por meio do Tribunal de Contas da União, as aplicações da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como “imposto dos combustíveis”. Ele ponderou que a União arrecada o imposto, repassa parte para os estados e nem sempre o dinheiro é usado na construção e recuperação de rodovias, como determina a legislação.

João Alberto pediu apoio para votação de emenda constitucional de sua autoria (PEC 70/05) que permite a participação do Legislativo nessa fiscalização. O



João Alberto: recursos da Cide repassados a estados nem sempre vão para rodovias

senador disse que tem percorrido o interior do Maranhão e pôde constatar que as estradas do estado “não recebem consertos e não têm manutenção” há muito tempo.

– O que o governador está fazendo com a verba resultante da Cide? – questionou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário celebra 180 anos do Senado

Sessão especial, às 11h, marca o início oficial das comemorações dos 180 anos do Senado, que se reuniu pela primeira vez em 6 de maio de 1826, ainda no Império. À época, o cargo era vitalício e significava nobreza. Às 14h, os senadores continuam a discutir projetos e medidas provisórias que trancam a pauta de votações.

CRE discute acordos internacionais

Em discussão, às 9h30, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), 13 projetos sobre acordos assinados pelo Brasil com países estrangeiros. Entre eles, o que prevê

a cooperação no combate ao vírus da Aids, assinado com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e textos de cooperação penal com a Suíça.

Comissão do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tem reunião marcada para as 9h. O colegiado vai discutir a ata da reunião anterior e mensagens do Poder Executivo com acordos internacionais, como o que cria o “visto Mercosul”.

Turismo em pauta

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, às 10h, projeto que deduz, no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o dobro das despesas realizadas em programas de hospedagem para lazer do trabalhador.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Suplicy e pela senadora Serys Shessarenko

Sem a proteção de liminar do STF, ex-secretário-geral do PT diz que não se lembra de declarações que concedeu a repórter do jornal *O Globo*

“Não sei mais onde está a verdade nessa entrevista”

Ao responder às perguntas do relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira disse que já não sabia mais o que tinha falado na entrevista para o jornal *O Globo*. O relator questionou sobre sua declaração a respeito da pretensão do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza de arrecadar R\$ 1 bilhão com o PT no governo.

– Não sei mais onde está a verdade nessa entrevista, o que é verdadeiro, o que não é. Acho que o PT, a partir desse episódio, deve mudar a forma de atuar. Podia ser inverossímil, mas era a verdade – afirmou, de forma contraditória.

Depois, reforçada a pergunta sobre o dinheiro que Marcos Valério pretendia arrecadar, Sílvio disse que não se lembrava se isso era verdade ou não.

Garantia de vida

No decorrer da reunião, o presidente da CPI, senador Efraim Moraes, anunciou que a comissão vai tomar providências para formalizar garantia de vida para o ex-secretário-geral do PT. O pedido foi feito pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN), após o depoente ter-se negado a responder a várias perguntas relativas à entrevista que concedeu ao jornal.

Sílvio Pereira havia dito que vai depor na Polícia Federal, que está sendo investigado e que se encontra emocionalmente abalado.

Foi quando Agripino observou que ele não estava contribuindo em nada para o esclarecimento dos fatos porque precisava de garantias de vida. O senador elogiou a entrevista dada por Sílvio, classificando-a de “corajosa”.

Outra CPI

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ao ex-secretário-geral do PT que era melhor ele falar o que sabia, pois não adiantaria fugir da verdade, já que a oposição está pensando em organizar uma nova lista de parlamentares para formar outra CPI com o objetivo de apurar os fatos envolvendo corrupção no governo.

Arthur Virgílio perguntou a Sílvio sobre sua declaração feita a *O Globo* de que poderiam matá-lo. Ele respondeu, como nas demais perguntas sobre a matéria jornalística, que não se lembrava de ter falado isso. Também perguntaram ao ex-dirigente se teme por sua vida. Sua resposta foi: “Eu tenho medo de mim mesmo”.



Na CPI dos Bingos, Sílvio Pereira (E) revela que direção petista não cobrou detalhes das operações do ex-tesoureiro Delúbio Soares

Sílvio diz que Executiva do PT foi omissa em relação a Valério

O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira afirmou ontem, ao final de seu depoimento à CPI dos Bingos, que a responsabilidade pelo envolvimento da agremiação com o empresário Marcos Valério foi de toda a direção do partido, e não apenas dele ou do ex-tesoureiro Delúbio Soares. Ele admitiu que o ex-tesoureiro tinha o “controle absoluto” sobre as finanças, mas disse acreditar que a Executiva deveria ter cobrado de Delúbio detalhes sobre as operações que estava desenvolvendo em seu nome.

– Eu sou tão responsável quanto os 21 membros da Executiva. A direção do PT sabia que Delúbio estava buscando empréstimos na rede bancária. Sabíamos que havia dívidas, mas ninguém nunca cobrou um orçamento, um balanço.

Na entrevista ao jornal *O Globo*, Sílvio Pereira citou o presidente

Lula, o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu e o senador Aloizio Mercadante (SP) como os nomes fortes do partido.

Apesar das respostas evasivas, o ex-secretário não desmentiu a jornalista Soraia Agege, responsável pela entrevista.

– Acredito que tudo o que a jornalista publicou foi dito por mim, mas não sei se o que eu disse é verdade. Se houve alguma distorção, foi na minha cabeça.

Desempenho

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), disse não acreditar que Sílvio Pereira esteja passando por um período de desequilíbrio mental, como argumentaram seus advogados para tentar impedir o depoimento. Prova disso, para o senador, é que, ao final da tarde, “seu desempenho passou

a ser extraordinário”.

A certa altura do depoimento, irritado por Sílvio Pereira se negar a responder às perguntas dos senadores alegando que não se lembrava do que havia dito à jornalista e que não havia lido a entrevista, Efraim resolveu fazer a leitura da matéria.

– Eu não acredito que ele realmente não tivesse lido, mas, se eu não tivesse feito isso, poderíamos ter tido um depoimento vazio. No fim das contas, ele acabou confirmando a entrevista – comentou.

O depoimento durou cerca de seis horas e meia. Ao final, Efraim convocou reunião administrativa para terça-feira, quando serão votados diversos requerimentos. Também informou que convidará a jornalista Soraia Agege, de *O Globo*, para prestar esclarecimentos sobre a entrevista.

Lula desconhecia corrupção, afirma ex-petista

No depoimento à CPI dos Bingos, o ex-secretário-geral do PT isentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de culpa pelos fatos denunciados nos últimos tempos, afirmando que o chefe da nação desconhecia atos de corrupção e qualificando o presidente como um grande líder.

Apesar de reconhecer que concedeu a entrevista ao jornal *O Globo* – na qual teria declarado que o empresário Marcos Valério pretendia faturar R\$ 1 bilhão no governo –, Sílvio Pereira surpreendeu a todos ao dizer que “não sabia distinguir o que era verdadeiro ou falso” com relação ao teor da entrevista, que durou cerca de oito horas.

Ele negou que tenha afirmado na entrevista que o presidente Lula, os ex-deputados José Dirceu e José Genoíno e o senador Aloizio Mercadante “mandavam no partido”, quando se referiu ao plano de Marcos Valério de arrecadar R\$ 1 bilhão com o PT no governo. Segundo Sílvio, a referência era no sentido de eles “serem os quatro principais líderes que conduziram a política e a história do partido”. Mas afirmou que nunca tentou qualificá-los de “quadrilheiros”.

Sílvio disse que não tinha nada contra pessoas do PT, mas sim contra o que ocorreu com ele, e lamentou ter ficado praticamente abandonado depois do estouro do

escândalo do valerioduto.

– Retiraram a minha foto da história do partido – resumiu.

O depoente reconheceu, no entanto, que houve “outras pessoas ligadas ao PT” que fizeram parte do escândalo e que, segundo ele, devem pagar por seus atos. Mas não quis revelar os nomes dessas pessoas.

Vários senadores, a exemplo de Heloísa Helena (PSOL-AL), disseram não acreditar que apenas Sílvio Pereira e Delúbio Soares tenham sido os idealizadores do plano de arrecadação de recursos ilegais para o partido e pagamento do chamado mensalão a parlamentares da base aliada.

Para Garibaldi, ex-secretário sofre pressões

O senador Garibaldi Alves Filho, relator da CPI dos Bingos, afirmou que o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira deve ter sido “pressionado pelas pessoas que têm o poder de pressionar” após ter dado a entrevista ao jornal *O Globo*, na qual diz que o empresário mineiro Marcos Valério de Souza pretendia lucrar R\$ 1 bilhão em negócios com o governo do PT.

– Ele deve ter sido pressionado justamente pelos dirigentes que agora está tentando poupar. Não vou dizer se foi o Delúbio, o José Dirceu ou o próprio presidente Lula – observou o relator.

Convocações

Para Garibaldi, cabe à CPI, daqui para a frente, aprofundar as investigações sobre o episódio, convocando justamente essas pessoas. Ele expressou seu desejo de ouvir o quanto antes, por exemplo, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares.

O senador ressaltou ainda a necessidade de chamar para depor, como convidada, a jornalista Soraia Agege, do jornal *O Globo*, responsável pela matéria que desencadeou a presente crise, para que ela possa explicar em que circunstâncias se deu a entrevista. Sílvio Pereira afirmou diversas vezes que não sabe se deu ou não algumas das declarações contidas no texto publicado e que acreditava que o objetivo da repórter era traçar seu perfil, e não tratar de corrupção no governo.

Garibaldi disse que não apóia a proposta de criação de uma outra comissão de inquérito para investigar os fatos novos, como vem sendo defendido por alguns partidos de oposição.

– Estamos devidamente instrumentalizados para fazer a apuração. Se Sílvio Pereira não quer dizer a verdade aqui, também não vai dizer em outra CPI. Mas é claro que ele sabe muito mais.



Fátima Cleide parabeniza governo pelo decreto que expande venda especial

Remédio fracionado ajuda o consumidor, afirma Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou o presidente Lula pelo anúncio feito ontem, no Palácio do Planalto, de decreto presidencial que determina a expansão da venda de medicamentos fracionados, ou seja, na quantidade específica recebida para o consumidor. O fracionamento já é permitido desde 20 de janeiro de 2005, sob a condição de que sejam asseguradas as características originais do produto.

– O objetivo é facilitar o acesso do consumidor a remédios nas quantidades de que necessita, evitando, assim, gastos desnecessários – explicou a senadora, esclarecendo que a obrigatoriedade de os laboratórios produzirem e venderem remédios fracionados (segundo norma estipulada pelo decreto) será submetida a discussão e votação do Congresso, pela alteração de dispositivos da Lei 6.370/76.

Fátima Cleide informou também que o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgarão a lista dos medicamentos fracionados e os locais onde eles poderão ser encontrados, e farão campanhas de esclarecimento.

Bolívia

Em seu pronunciamento, a senadora criticou o ataque da oposição à política externa do governo Lula, de respeito à soberania da Bolívia em sua decisão de nacionalizar seus recursos minerais. Para Fátima Cleide, a oposição estaria subestimando as inúmeras realizações do atual governo, que vêm contribuindo para melhorar a imagem do país no exterior e têm resultado “nos excelentes números” da balança comercial brasileira.

Fátima Cleide destacou também a realização, no dia 4 de maio, em Porto Velho, do 105º Encomex – Encontro de Comércio Exterior, que, segundo a senadora, constitui-se em oportunidade única, especialmente para micro e pequenos empresários, de acesso ao comércio externo para produtos da economia local.

Empresas de saúde complementar só pagam R\$ 73 milhões dos R\$ 431 milhões que devem pelo atendimento de seus clientes na rede pública, informa indicado para ANS

SUS recupera pouco do que gasta com clientes de planos de saúde

De um montante de R\$ 431 milhões devidos por empresas do setor de saúde complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), por atendimento a pacientes cobertos por seus planos, pouco mais de R\$ 73 milhões foram recuperados nos últimos anos. A informação foi prestada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo procurador-chefe da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Eduardo Marcelo de Lima Sales, durante sabatina.

O advogado teve seu nome aprovado ontem pelo colegiado para integrar agora a diretoria da agência. A decisão vai passar ainda pelo exame do Plenário.

Lima Sales esclareceu que os dirigentes dos planos ainda questionam o ressarcimento das despesas ao SUS, mesmo depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) indicou existir base legal para essa cobrança, em decisão cautelar a favor da Confederação Nacional da Saúde.

O procurador-chefe esclareceu



Eduardo de Lima Sales (E) é sabatinado pela comissão presidida por Valadares

que as empresas vêm conseguindo sustar os pagamentos com ações junto às varas da Justiça Federal, mantendo os valores correspondentes em depósitos judiciais.

Ney Suassuna (PMDB-PB) foi o relator da mensagem do Executivo com a indicação do novo diretor da ANS, aprovada por 15 votos favoráveis e um contra. Ele destacou que o indicado conjuga conhecimento e prática jurídica. Com essa experiência, segundo o parlamentar, “Lima Sales está

capacitado a contrapor a compreensão das leis às demandas apresentadas pela realidade”.

A ANS regulamenta as operações do setor de saúde complementar, em que atuam empresas de planos e seguros de saúde.

Lima Sales informou que esse mercado movimentava por ano cerca de R\$ 38 bilhões, e conta com 42 milhões de consumidores associados. Integrante da procuradoria federal, o indicado comanda a procuradoria da agência desde 2004.



Almeida Lima diz que ex-prefeito usou verba pública em campanha eleitoral

Almeida Lima faz acusações contra Marcelo Déda

Almeida Lima (PMDB-SE) acusou o ex-prefeito de Aracaju Marcelo Déda (PT) de gastar dinheiro público em campanha eleitoral.

– Foram mais de dez *shows* de despedida de Marcelo Déda, que deixou a prefeitura em 31 de março, pagos com recursos da prefeitura de Aracaju, visando a sua campanha eleitoral ao governo de Sergipe – acusou.

Segundo Almeida Lima, foi gasto um total de R\$ 1,5 milhão, incluindo-se aí o pagamento de cachês a cantores. O senador também afirmou que o custo desses espetáculos – atribuídos à comemoração de aniversário da cidade – foi superfaturado, e que parte desses gastos foi bancada com recursos do SUS.



Sérgio Cabral (E), presidente da subcomissão, em reunião com músicos

Música pode ganhar espaço em subcomissão do Senado

Em reunião informal realizada ontem com representantes de entidades de classe ligadas à música, o senador Sérgio Cabral (PSDB-RJ), presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, informou que encaminhará, nos próximos dias, requerimento à Comissão de Educação (CE) propondo a inclusão da música entre os temas abrangidos pelo colegiado.

O senador, cujo pai é crítico musical, reconheceu que a música popular está entre as mais destacadas realizações da cultura brasileira.

– Tomara que amanhã venhamos a nos orgulhar da produção da nossa indústria, como já nos orgulhamos da nossa música – observou Sérgio Cabral.

Segundo o parlamentar, a inclusão da música como matéria da subcomissão vai permitir o aprofundamento do assunto e uma verificação do que está tramitando no Congresso sobre o tema.

Mais uma MP tranca a pauta do Plenário

Mais uma medida provisória juntou-se àquelas que já trancavam a pauta do Senado. Foi lida ontem em Plenário a MP 283/06, que faz alterações na estrutura e nas atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e de outros órgãos ligados ao Poder Executivo.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que os senadores tentarão entrar em acordo para destrancar a pauta até a próxima terça-feira, seguindo o costume de destinar duas sessões deliberativas à discussão das medidas antes de sua efetiva votação. O relator da matéria será o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

A MP 283 também acrescenta, na Lei 8.112/90 (que trata dos direitos e deveres do funcionalismo público federal), uma gratificação para os servidores que ministrarem cursos de capacitação para outros funcionários da administração federal. Há mais três MPs trancando a pauta. A MP 280/06 – que é modificada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/06 – reajusta a tabela do Imposto de Renda. A MP 281/06, modificada pelo PLV 11/06, isenta do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os rendimentos obtidos por investidores estrangeiros em aplicações em títulos públicos federais. Já a MP 282/06 abre crédito extraordinário de R\$ 57,5 milhões para o Ministério dos Transportes.



Valadares diz ter certeza da lisura de comportamento do prefeito licenciado

Valadares defende ex-prefeito sobre desvio de verbas

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o prefeito licenciado de Aracaju, Marcelo Déda, da acusação de desvio de recursos públicos, por ocasião da realização de *shows* em comemoração aos 150 anos da cidade.

Valadares repudiou matéria da revista *Veja* que acusa o ex-prefeito de ter pago a artistas cachês inferiores aos informados pela prestação de contas da prefeitura.

O senador admitiu que o assunto está sob auditoria do Tribunal de Contas do estado, mas afirmou ter certeza sobre a lisura da conduta de Marcelo Déda.

Sessão homenageia os 180 anos do Senado

O Senado realiza hoje, a partir das 11h, sessão especial destinada a comemorar os 180 anos de existência da Casa. Foram convidados todos os 96 ex-senadores vivos e os dez ex-servidores mais antigos.

Estão previstos pronunciamentos do presidente Renan Calheiros e dos líderes, podendo ser facultada a palavra a outros senadores. A Banda de Fuzileiros Navais executará o Hino Nacional e o Coral do Senado interpretará o Hino da Independência.

Após a sessão, prevista para terminar por volta das 13h30, será oferecido um coquetel para 300 pessoas no Salão Nobre.

Portal na internet conta história da instituição

Os 180 últimos anos da história do país não podem ser contados sem que se mencione o Senado, aberto pelo imperador dom Pedro I em 6 de maio de 1826.

A Secretaria Especial de Comunicação do Senado, sob a coordenação da Agência Senado, organizou, em um único portal, conteúdo comemorativo com fatos marcantes, depoimentos e curiosidades que ilustram a história da instituição, produzido por todos os veículos de comunicação da Casa – além da Agência, o **Jornal do Senado**, a Rádio Senado e a TV Senado.

O lançamento do portal na internet ocorre hoje.

Humberto Eustáquio Soares Martins e Massami Uyeda defendem maior rapidez no Poder Judiciário

Comissão de Justiça aprova indicações de dois novos ministros para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação secreta, pareceres a indicações da Presidência da República de dois novos ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Humberto Eustáquio Soares Martins irá ocupar vaga decorrente da aposentadoria do ministro Domingos Franciulli Neto, enquanto Massami Uyeda substituirá o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que também está se aposentando.

Humberto Eustáquio é formado em Direito e Administração de Empresas e tem vários livros e artigos publicados. Atualmente, o magistrado atua como desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral daquele estado, e leciona na Universidade Federal de Alagoas e na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, no estado.

– A trilha profissional de Humberto Eustáquio congrega variada e fecunda obra, tanto na magistratura como na advocacia – enfatizou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relator da indicação.

Humberto Eustáquio afirmou que defende uma Justiça rápida e qualificada para todos, bem como a existência do Conselho



Antonio Carlos Magalhães (C) preside reunião em que foram aprovadas indicações de Uyeda (E) e Martins

Nacional de Justiça (CNJ), pois, segundo ele, “todos os Poderes, inclusive o Judiciário, precisam ser fiscalizados”.

Justiça lenta

O outro indicado, Massami Uyeda, é graduado em Direito, com especialização, mestrado e doutorado na área, e leciona em cursos de graduação e de pós-graduação. Uyeda é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo desde dezembro de 2004

e passou a integrar a 11ª Câmara Criminal daquela corte em fevereiro de 2005.

Em seu parecer, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou que Uyeda apresenta-se também “com notável experiência no mundo jurídico, quer da perspectiva prática, quer da teórica”.

Massami Uyeda assinalou que uma das suas maiores preocupações é com a demora da prestação jurisdicional.

Célio Azevedo

Obra lançada no Senado conta como foi elaborada a Lei da Arbitragem

A elaboração da Lei da Arbitragem, que permite aos brasileiros valer-se desse mecanismo para dirimir litígios, sem a intervenção de juiz, é o tema do livro *Operação Arbiter – História da Lei 9.307/96*, lançado ontem no Salão Nobre do Senado. O autor é o advogado pernambucano Petrônio Muniz, a lei é de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) e o lançamento da obra, uma iniciativa do Instituto Tancredo Neves, para comemorar o décimo aniversário da lei.

Segundo o autor, o livro relata, sob a forma de crônica, a aventura que foi lançar os alicerces do direito da arbitragem no Brasil. Na opinião de Marco Maciel, ninguém melhor do que Petrônio Muniz para transformar em livro a história de como nasceu e prosperou a norma que dá às sentenças arbitrais a mesma eficácia das sentenças judiciais, além de estabelecer que os árbitros são juízes de fato e de direito. O parlamentar afirmou que o livro resgata com precisão toda a saga da tramitação desse projeto.

– Em tempos idos e vividos,



Ao lado de Renan, Tuma e Petrônio Muniz, Maciel (ao microfone) diz que livro resgata com precisão a saga de tramitação do projeto

para usar expressão de Machado de Assis, recebi a visita do Dr. Petrônio Muniz, que me propunha o anteprojeto e se dispunha a ajudar-me na tarefa quase heróica de tornar o juízo arbitral realidade em nosso país – lembra Maciel.

Ao registrar, em Plenário, o

lançamento do livro, o senador assinalou que a modernização institucional do país tem, na Lei da Arbitragem, um excepcional avanço, embora isso ainda não seja amplamente percebido pela sociedade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez questão de

homenagear o colega, senador Marco Maciel, e destacou a importância da lei e da prática da arbitragem no Brasil e no mundo. Ele recordou que, nos tratados que sacramentaram a União Européia e o Mercosul, a arbitragem está legitimada como instrumento de resolução de con-

flitos, sendo utilizada até mesmo nos testamentos de empresários e milionários para resolver disputas entre herdeiros.

Presidente do Instituto Tancredo Neves, o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) afirmou que o livro representa imensurável contribuição ao estudo do Direito Arbitral. Em sua avaliação, a obra oferece subsídios aos interessados em ampliar conhecimentos com vistas a exercer esse direito, do maior significado numa democracia participativa.

De acordo com a Lei da Arbitragem, as pessoas que quiserem valer-se desse instrumento para resolver litígios podem escolher livremente as regras legais a serem aplicadas, desde que não haja violação dos bons costumes e da ordem pública.

A lei fixa que as partes podem convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais do Direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio. A principal característica da lei é a fixação de um prazo máximo de seis meses para a solução dos conflitos.

Márcio Kolumbe



Malta destaca contribuição do Espírito Santo e do Rio para a auto-suficiência

Malta: Brasil deixará de depender do gás boliviano em breve

Magno Malta (PL-ES) disse ontem que, com a exploração de gás natural no Espírito Santo e na bacia de Campos, no Rio de Janeiro, o Brasil não precisará mais depender do gás proveniente da Bolívia. O senador afirmou também que a auto-suficiência torna-se mais importante depois da decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar a produção e exploração das reservas de petróleo e gás natural daquele país.

– Segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, até 2010, a bacia FPSO capixaba, no norte do Espírito Santo, saltará de uma produção diária de 1,3 milhão de metros cúbicos de BTU (unidade do gás) para 14 milhões, superando a produção do campo de Mexilhões, descoberto há pouco na bacia de Campos – salientou Malta, citando informações contidas em matéria publicada pelo jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, segundo as quais projeções e pesquisas sobre o pólo terrestre de Água Rosa e o pólo marítimo de Peroá, respectivamente de produção de óleo pesado e leve, aumentarão substancialmente a capacidade de produção de gás natural do estado em cinco anos.

Crise Brasil-Bolívia

O parlamentar referiu-se ao presidente da Bolívia como “Evo Morales”, dizendo crer que ele estaria querendo “expropriar” bens da Petrobras, pertencentes ao governo brasileiro. Malta elogiou a postura da estatal em se recusar a aceitar técnicos bolivianos em suas dependências e também a atitude “cautelosa” do presidente Lula, diante de “um louco como Evo Morales, que poderia paralisar a produção industrial de São Paulo se decidisse interromper o fornecimento de gás”.

Magno Malta elogiou ainda a ajuda de R\$ 100 milhões do BNDES à Varig, como auxílio do governo às negociações para a compra da empresa, e criticou o ex-ministro do Esporte Agnelo Queiroz por ter destinado, segundo o senador, 90% das verbas do ministério para o Distrito Federal.

Sibá e Saturnino explicam que a política externa do governo procura aproximar o Brasil dos países africanos, do Sudeste Asiático e da América do Sul

Brasil não pode agir como EUA em relação à Bolívia, diz Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) rebateu ontem as críticas à política externa brasileira afirmando que o Brasil não deve agir com relação à Bolívia da mesma forma como os Estados Unidos agiram com o Afeganistão e com o Iraque. Conforme o senador, a prova do acerto da diplomacia do Brasil seriam as vitórias obtidas em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

– O Brasil não deve trilhar o caminho da discórdia. Nossa política é a do diálogo – afirmou.

Sibá explicou que a política externa do governo procura aproximar o Brasil dos países africanos, do Sudeste Asiático e da América do Sul, formando com eles novos blocos na Organização das Nações Unidas (ONU) e na OMC. Para ele, o Brasil está



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Sibá rebate críticas ressaltando vitórias da diplomacia junto à ONU e à OMC

construindo um caminho para ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e para fortalecer o Mercosul.

O senador ainda sugeriu convidar novamente o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para audiência pública na Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional (CRE), para que ele possa falar sobre a possibilidade de um decreto, por parte do governo da Bolívia, alterando a estrutura fundiária daquele país, o que afetaria os interesses de vários proprietários de terras brasileiros.

Mercadante

Sibá Machado felicitou Aloizio Mercadante (PT-SP), que venceu as prévias do Partido dos Trabalhadores e será candidato ao governo de São Paulo. Conforme Sibá, a campanha eleitoral será limpa e produtiva. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou Mercadante, mas ironizou, dizendo que espera que ele continue no Senado, ajudando a oposição a partir de 2007, quando o presidente já seria Geraldo Alckmin (candidato do PSDB à Presidência).

Saturnino: política externa aproxima o país dos vizinhos

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu o comportamento da diplomacia brasileira na crise com a Bolívia. Para ele, o direito internacional deve levar em conta não apenas os contratos, mas também a justiça e as relações de vantagem e desvantagem entre os países. Saturnino disse ainda que a política externa brasileira tem conseguido aumentar as relações comerciais do país com os vizinhos da América do Sul.

Ontem, o senador afirmou que

a integração econômica com os países latino-americanos pode ser mais vantajosa para o Brasil do que a participação na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), uma vez que as indústrias norte-americanas poderiam prejudicar as brasileiras.

– É por isso que nosso governo tem procurado introduzir salvaguardas no projeto da Alca que impeçam a absorção de nossa economia – justificou Saturnino.

A senadora Fátima Cleide (PT-



Para Saturnino, integração com latino-americanos é mais vantajosa que a Alca

RO) endossou esses argumentos. Já Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a pequena participação do Brasil no comércio mundial, que atualmente seria inferior a 1%.

Bornhausen: 55 mil trabalhadores de SC dependem do gás

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) protestou contra a nacionalização das refinarias de gás da Petrobras pelo governo da Bolívia. Ele advertiu o Parlamento para as consequências de uma possível crise no abastecimento para o estado de Santa Catarina.

Segundo Bornhausen, a questão não se resume a interpretar “o gesto de submissão do pre-



Bornhausen adverte sobre possíveis consequências da crise do gás natural

sidente Lula a dois presidentes irresponsáveis como Evo Morales e Hugo Chávez”, mas o importante é examinar a situação das 118 indústrias e dos 55 mil trabalhadores que dependem do gás em seu estado.

– Além disso, são 24 estabe-

lecimentos comerciais em 34 municípios atendidos pelo gás boliviano da Petrobras – enfatizou o senador.

Bornhausen observou que somente na indústria da cerâmica o aumento no preço do gás anunciado por Evo Morales elevará em 18% os preços dos produtos.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) protestou contra o fato de o governo não ter adotado nenhuma medida quando Evo Morales prometeu, em campanha eleitoral, nacionalizar as empresas de exploração do gás boliviano. Ao assumir, cumpriu a promessa.



Tourinho defende empreendedores do mercado de gás natural veicular

Para Tourinho, taxista não deve pagar pela crise

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse ter percebido movimentos do governo que o fazem temer que os taxistas e outros pequenos empreendedores no mercado de gás natural veicular (GNV) se tornem os “bodes expiatórios” da crise de gás boliviano, como as primeiras vítimas da estratégia de distribuição de custos de eventual insuficiência de gás.

O senador alertou para o fato de que, à primeira vista, pode parecer uma solução lógica reduzir o consumo de gás.

– A imprensa tem divulgado notícias em torno da possibilidade de aumento de impostos sobre o consumo desse combustível, de forma a desestimular a sua utilização, uma vez que o Brasil tem gasolina em abundância e os veículos bicompostíveis estariam livres do problema da falta de gás. Certamente não é um momento oportuno para se estimular grandes aumentos de consumo de GNV, mas daí a sacrificar e penalizar o segmento de gás veicular vai uma grande distância – afirmou.

Tourinho explicou que o consumo de GNV no Brasil é da ordem de 5,6 milhões de metros cúbicos por dia – significativo, mas não tão grande assim, se for levado em conta que uma termelétrica como a Chesf Camaçari consome 2,8 milhões de metros cúbicos por dia se estiver operando plenamente suas cinco turbinas a gás.

O senador lembrou que o consumo automotivo de gás envolve amplo leque de investimentos e empregos. A frota de veículos, por exemplo, é de 1,2 milhão. Considerando um investimento médio de R\$ 2,5 mil por veículo, o total investido chega a R\$ 3 bilhões. Para abastecê-los, foi montada, a um custo de R\$ 1 bilhão, uma rede de 1,2 mil postos.

– É o momento de discutirmos o marco regulatório do gás, uma vez que temos a possibilidade de receber investimentos estrangeiros, dada a situação na Venezuela e na Bolívia – defendeu o parlamentar.



Roosevelt Pinheiro

Virgílio lembra que incluiu no Orçamento recursos para o gasoduto Coari-Manaus

Exército poderá construir gasoduto, anuncia Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou ao Plenário que o novo comandante militar da Amazônia, general Francisco Roberto de Albuquerque, disse que o Exército está em condições de “levar avante” a construção do gasoduto Coari-Manaus.

O senador recordou que fez constar no Orçamento da União deste ano a verba de R\$ 110 milhões à disposição da Petrobras, para o gasoduto. Ele pediu ainda que fiscais da Receita Federal em greve e o governo tentem dialogar, evitando mais perdas para o país. Disse que os jornais do Amazonas falam de um prejuízo no pólo industrial de Manaus de US\$ 370 milhões.

Incrá regularizará terras em Roraima e no Amapá, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou a intenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) de adotar, a partir desta semana, procedimentos para regularização fundiária de propriedades em Roraima e no Amapá. Segundo informou, esse processo poderá ser realizado por meio de cessão de uso ou por titulação definitiva, sendo esta a opção que considera mais adequada para os dois estados.

O senador assinalou ainda a importância de aprovação de medida provisória, da qual foi relator, para a superação de entraves no processo de regularização fundiária.



Roosevelt Pinheiro

Segundo Jucá, processo de titulação definitiva das áreas seria o mais adequado

Impactos das políticas cambial e de juros sobre o setor calçadista gaúcho foram debatidos em audiência pública que mobilizou empresários, parlamentares e o governador do estado

Congresso discute crise da indústria do Rio Grande do Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que a política cambial do Brasil está afetando as exportações brasileiras, o que poderá provocar aumento dos índices de desemprego, especialmente na indústria calçadista gaúcha. A afirmação foi feita durante a audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizada no Auditório Petrônio Portella, do Senado, que discutiu o tema “Juros altos, setor exportador e câmbio”.

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, presente à reunião, compartilha da opinião de que a política econômica – com a supervalorização da moeda bra-

sileira – prejudica as exportações e descapitaliza os empresários, afetando setores como o coureiro-calçadista, o de máquinas e implementos e o moveleiro.

Na opinião do governador, o Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que sofre mais impacto com a política cambial porque, conforme informou, o estado responde por 60% do total de calçados exportados pelo Brasil e também produz 60% das máquinas e implementos.

– O câmbio tira a competitividade da indústria coureiro-calçadista, leva ao fechamento de empresas e ao desemprego – disse.

Rigotto comunicou que na terça-feira será realizada mani-

festação em Brasília, que também terá a presença dos governadores de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, e dos presidentes de federações de indústria, comércio e agricultura de vários estados.

Participaram da audiência trabalhadores da indústria coureiro-calçadista gaúcha, que vieram em cerca de 50 ônibus provenientes de várias cidades do estado, além de empresários dos setores calçadistas e de máquinas e implementos daquele estado.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), a mobilização é importante para evitar a demissão de trabalhadores da indústria calçadista gaúcha.



Jane Araújo

Preocupação com o fechamento de empresas e a perda de emprego mobilizou trabalhadores da indústria coureiro-calçadista gaúcha

Mão Santa critica lucro histórico do Bradesco

Em discurso no qual voltou a criticar a política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva favorável aos bancos, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que o Bradesco lucrou em duas semanas valor equivalente ao que o governo federal investiu em saneamento, cerca de R\$ 250 milhões, em um ano.

Segundo dados citados pelo senador do Piauí, o lucro do Bradesco no primeiro trimestre de 2006 foi de R\$ 1,53 bilhão, “o maior já obtido na história do sistema financeiro do país num trimestre, enquanto o investimento do



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa: verba anual para saneamento equivale a lucro do banco em duas semanas

governo no saneamento de quase 5.600 mil municípios pode ser considerado um número pífio”.

Para Mão Santa, diante de um cenário tão favorável para ativi-

dades lucrativas das instituições financeiras, dentro do qual um banco lucra até R\$ 500 milhões por mês, está a constatação de que “o PT é realmente o partido dos banqueiros”.

– Ainda se fosse um governo de capitalistas, mas um governo do Partido dos Trabalhadores, de quem eles sugam seis meses de trabalho em impostos anuais e em juros? – questionou Mão Santa, reafirmando seu protesto contra a maneira “antidemocrática e desonesta” com que o presidente Lula conduz sua administração.



Roosevelt Pinheiro

“Se não fizermos algo, o Congresso cairá de podre”, alertou Jefferson Péres

Jefferson defende fim de emendas individuais

Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu ontem a adoção de medidas enérgicas para a moralização do processo de elaboração e aplicação do Orçamento. Segundo o parlamentar amazonense, o escândalo dos sanguessugas indica a necessidade do orçamento impositivo e do fim das emendas individuais.

– É deprimente, dinheiro entrando de forma clandestina no Congresso, dentro de cuecas. Se não fizermos algo, esse Congresso cairá de podre – afirmou.

O senador disse acreditar que, se o regime político do Brasil fosse o parlamentarismo, o governo já teria caído e o Congresso, sido dissolvido.

Pavan: operação tapa-buracos tem irregularidades

Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou ontem, em Plenário, que o Tribunal de Contas da União (TCU) descobriu uma série de irregularidades na implementação do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – mais conhecido como operação tapa-buracos –, lançado pelo governo federal no fim do ano passado.

O senador citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual “o parecer de Augusto Nardes, ministro do TCU e relator da matéria, aponta casos de custos superestimados, uso de material de baixa qualidade e falta de fiscalização sobre o trabalho”.



Roosevelt Pinheiro

TCU aponta custos superfaturados e falta de fiscalização dos trabalhos, diz Pavan



Osmar Dias defende diálogo entre governo e produtores rurais

Osmar Dias (PDT-PR) – *foto* – pediu em Plenário que o governo dialogue com os produtores rurais, que há alguns dias bloqueiam as ferrovias paranaenses. O senador considera que o homem do campo foi abandonado

pelo governo, que não reconhece a sua importância para a economia brasileira.

Na opinião de Osmar Dias, a agricultura brasileira está quebrando, o que prejudicaria diversos outros setores, como o

de transportes, disse. De acordo com o representante do Paraná, a baixa cotação do dólar obriga os agricultores a vender a produção a preços baixos, apesar de os insumos terem sido comprados quando o dólar tinha cotações

mais altas.

– O presidente e sua equipe econômica perderam a noção do que significa o setor primário – afirmou, acrescentando que a agricultura emprega 37% dos trabalhadores do Brasil.

Lúcia Vânia pede apoio de Renan para derrubar veto

Em pronunciamento da tribuna, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de que defenda a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à lei que repactua as dívidas dos produtores rurais da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

A senadora pediu ainda que Renan atue em favor da abertura de negociações entre o Legislativo e o governo, objetivando reverter a crise que atinge o agronegócio brasileiro.

Lembrando que na terça-feira agricultores de todo o país estarão reunidos em Brasília, mobilizados na busca de soluções para a crise no setor, Lúcia Vânia sugeriu ao presidente do Senado que a ocasião seja aproveitada para o diálogo.

– Essa seria uma boa oportunidade de os parlamentares ouvirem a categoria – afirmou a senadora.

Renan salientou que está preocupado com a crise na agricultura e anunciou que criará um grupo para ouvir as reivindicações dos produtores que estarão em Brasília na próxima semana.



Lúcia Vânia defende repactuação de dívida dos agricultores e busca de entendimento

Crise no campo mobiliza na terça parlamentares e 12 governadores

Jonas Pinheiro anuncia encontro promovido pelas comissões de agricultura do Senado e da Câmara, no mesmo dia em que os governadores terão encontro com o presidente Lula

O agravamento da crise na agropecuária e seus reflexos na retração econômica em diversos estados serão discutidos em audiência pública com 12 governadores e parlamentares das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara na terça-feira, conforme adiantou ao **Jornal do Senado** o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O encontro deverá ser realizado no Auditório Petrônio Portella, no Senado, no mesmo dia em que os governadores devem realizar reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

Um dos articuladores da audiência, Jonas informou que haverá também almoço, no mesmo dia,



Produtores também tentam derrubar veto à Lei de Biossegurança, diz Jonas

com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários, com o objetivo de discutir com Ney Suassuna (PMDB-PB), que foi relator da Lei de Biossegurança, a possibilidade de derrubada do veto presidencial

Iris alerta para a gravidade da situação vivida pelo setor rural

Ao fazer um alerta sobre a situação dramática vivida pela agricultura brasileira, Iris de Araújo (PMDB-GO) anunciou que, a partir das primeiras horas de ontem, Goiás deu início a uma série de fortes mobilizações com o objetivo de sensibilizar o país para o problema.

O primeiro ato dos agricultores goianos teve lugar no município de Rio Verde, região produtora de grãos, com a “tomada” das rodovias BR-452 e BR-060 por centenas de tratores e caminhões.

O protesto contou com a participação do comércio, que decretou ponto facultativo.

– A partir da iniciativa de Goiás, a expectativa é que, gradativamente, todo o país seja tomado por sucessivas mobilizações em cada um dos estados, até a consolidação de um grande movimento unificado a ser coordenado pela Confederação Nacional da Agricultura – informou.

Segundo observou, esta seria a única saída para uma situação que piora a cada dia e que poderá

que ampliou o quórum para deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sobre a comercialização de transgênicos.

A audiência dos governadores com senadores e deputados ligados ao setor agropecuário deve preparar a pauta de reivindicações ao governo. Segundo Jonas, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, encomendou estudo a economistas especializados, sobre a crise e alternativas para superá-la. A análise será apresentada aos parlamentares das duas comissões.

O senador disse ainda que existe a possibilidade de o presidente Lula anunciar hoje medidas de amparo ao setor.



Iris manifesta apoio a movimento de produtores de Goiás para sensibilizar o país chegar ao colapso, em razão dos juros das dívidas agrícolas, consideradas impagáveis. O prejuízo hoje no campo seria da ordem de R\$ 30 bilhões. Somente na atual safra, disse Iris, houve redução de 4,3% na área plantada.



“Quando o campo vai mal, a cidade vai mal”, observa Juvêncio da Fonseca

Juvêncio teme desemprego e paralisia econômica

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) advertiu da tribuna que o governo, “em sua insensibilidade”, não está percebendo que a crise enfrentada pelos produtores rurais poderá se espalhar pelo país, gerando desemprego e paralisia econômica.

– Quando o campo vai bem, a cidade vai bem. Quando o campo vai mal, a cidade vai mal, havendo a seguir queda de vendas, de renda, de emprego e no crescimento do país – alertou o senador. Para ele, “a nação pode entrar em colapso rapidamente” se o governo não tomar medidas efetivas para socorrer os agricultores.

Juvêncio deu total apoio aos produtores que têm protestado nos últimos dias contra “a falta de uma política agrícola”. Ele observou que os agricultores “vêm fechando estradas, mas não saqueando caminhões, como fazem os integrantes do MST”.

– Esse governo tem de entender que o agronegócio, que o MST quer destruir, é o pão de cada dia na mesa do brasileiro, é a tranquilidade da balança comercial do país, pois traz os dólares para o equilíbrio das contas externas – acrescentou.

Ministério poderá criar fórum permanente da agricultura, anuncia Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – *foto* – adiantou que o Ministério da Agricultura deve discutir amanhã a criação de um fórum permanente da agricultura, sugestão apresentada em reunião realizada na terça-feira, no mi-

nistério, com a participação de políticos e agricultores de Mato Grosso. Segundo informou, foi discutido no encontro a atual crise agrícola nacional e as formas de minimizar os problemas enfrentados pelos produtores. Na

sua opinião, a saída passa pela redefinição da política agrícola e pelo fim de um modelo baseado na monocultura.

Os agricultores de Mato Grosso, ressaltou a senadora, em vez de pedir favores ao governo,

teriam reivindicado uma política agrícola que lhes permita produzir com tranquilidade. Serys lembrou ser essa a terceira crise que ela acompanha na agricultura desde sua chegada ao Senado Federal, em 2003.

